

FMI perde força junto aos bancos

MILTON COELHO DA GRAÇA
Correspondente

LONDRES — O Fundo Monetário Internacional já não é mais como antigamente, segundo analistas de vários bancos britânicos credores do Brasil. O Diretor-Gerente do FMI esteve em Londres procurando convencer os bancos privados a reatar o fluxo de empréstimos para os países devedores, especialmente o Brasil. Mas, segundo esses analistas, não houve a menor receptividade, por duas razões principais.

A primeira é que os bancos privados não têm como explicar a seus acionistas a volta de operações que têm pelo menos a aparência de alto risco. Os grandes bancos britânicos têm reduzido os lucros em seus balanços para aumentar as reservas contra os débitos duvidosos do Terceiro Mundo e papéis da dívida brasileira são vendidos hoje no mercado secundário com deságio de até 40%. Como justificar o reatamento do fluxo de empréstimos nessas condições?

A segunda razão é que o FMI perdeu muito de sua força de convencimento após a saída de Jacques de Larosière. Camdessus é um técnico respeitado, mas a verdade, segundo esses analistas, é que os bancos centrais assumiram hoje uma parte do papel desempenhado pelo Fundo há alguns anos.

A negociação brasileira está no meio de uma grande controvérsia. Os bancos privados querem que os governos, através das institui-

ções internacionais, assumam uma responsabilidade maior no refinanciamento da dívida dos países em desenvolvimento. Só assim — argumentam os analistas — seria possível justificar aos acionistas o retorno das linhas de financiamento.

O FMI e o Banco Mundial estão na contramão. Eles pedem aos bancos que aceitem novos riscos, em nome da defesa da estabilidade financeira mundial, da manutenção do comércio Norte-Sul e da estabilidade política dos países devedores, conceitos muitos justos segundo os analistas, mas cuja defesa cabe essencialmente ao poder público.

A alternativa dos bancos é endurecer as condições de qualquer renegociação que envolva dinheiro novo, mesmo que esse “novo” signifique apenas um jogo escritural. A vinculação com os desembolsos do Fundo garantiria a imediata suspensão de qualquer compromisso de refinanciamento se o devedor deixar de cumprir os compromissos de política econômica assumidos com a instituição internacional.

Os analistas reconhecem que há uma lógica infernal nessa engrenagem que, apesar da intenção contrária, vai “politizando” crescentemente a questão da dívida. Na nova situação buscada pelos credores, uma pequena sacudida política num país causará uma pronta retaliação dos bancos e isso, em troca, pode transformar a sacudida em terremoto.